

**OTHON MOACYR GARCIA
- UM PRECURSOR DOS ESTUDOS DE DISCURSO
NO BRASIL**

Vera Lúcia Paredes Silva (UFRJ)
vparedes@bol.com.br

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Antes de iniciar minha fala sobre o trabalho do Professor Othon Garcia, gostaria de dizer algumas palavras sobre como se deu meu primeiro contato com sua obra.

Ainda aluna de graduação, já dava aulas particulares e me foi indicado um aluno que precisava de aulas de redação para um concurso. Na altura, aquilo para mim representava um desafio. Por indicação de uma amiga, me chegou às mãos um exemplar do *Comunicação em Prosa Moderna*, cujo subtítulo logo me encantou: *aprenda a escrever, aprendendo a pensar*.

E foi assim que descobri aquele autor de larga experiência no ensino de redação (ou, como hoje dizemos, de produção textual), capaz de desvendar uma série de armadilhas e sugerir caminhos interessantes para professor e aluno. Com sua ajuda consegui dar conta da tarefa que então me desafiava.

Ao longo de meu percurso, primeiro como professora de Língua Portuguesa e depois, de Linguística, em diversas ocasiões me defrontava com temas que já haviam sido abordados pelo Prof. Othon Garcia, que se tornou uma referência constante nas minhas aulas.

Assim, dentro dessa obra tão fecunda que é o livro *Comunicação em Prosa Moderna*, faço uma seleção de alguns tópicos que evidenciam o caráter precursor da obra de Garcia.

Observe-se que a primeira edição deste livro data de 1967, época em que, na Linguística, o Gerativismo representava a grande novidade. Portanto, o foco de interesse dos estudiosos da língua ainda estava muito concentrado nas propriedades da frase. Não havia ainda especial interesse por sequências maiores do que a frase, e menos ainda, pelos gêneros de discurso e tipos de texto, que vemos tão

ANÁLISE DO DISCURSO

presentes nas pesquisas atuais, especialmente depois da implantação dos PCN's. Nas salas de aula reinava a análise sintática e as redações versavam sobre temas genéricos como *minhas férias* ou *meu tipo inesquecível*.

Ainda neste preâmbulo, é preciso mais um esclarecimento: quando, no título desta palestra, afirmo que considero Othon Garcia um precursor dos estudos de discurso no Brasil, estou tomando o termo *discurso* num sentido bastante amplo, como o faz a linguística de orientação anglo-saxônica (Stubbs, Brown & Yule) e não à chamada análise do discurso de linha francesa (de autores como Mainueneau, P. Charaudeau, para citar apenas alguns). Quero com isso deixar claro que, ao longo desta fala, posso me reportar tanto aos analistas da conversa como aos linguistas de orientação funcionalista americana, que têm buscado no discurso as motivações para a gramática. E também à linguística textual, de orientação sócio-interacionista, praticada no Brasil por Luiz Antonio Marcuschi e Ingedore Koch e seus seguidores. Acrescento ainda os estudiosos dos gêneros de discurso (Bakhtin, Swales), hoje em dia cada vez mais numerosos, e autores que se dedicaram à chamada Linguística aplicada (Halliday *et alii*). Para resumir, diria que estou tomando o termo *discurso* de maneira tão ampla como o faz Schifffrin (1994) em seu livro *Approaches to discourse*, em que reúne várias abordagens que de alguma forma lidam com o discurso, ou seja, com os enunciados produzidos em uma situação comunicativa.

Partindo desse ponto de vista, vai ser necessário fazer um recorte, dada a multiplicidade de aspectos discursivos que poderiam ser abordados da obra de Othon Garcia. Assim, vou me concentrar em três aspectos:

- Os gêneros de discurso
- O parágrafo
- A articulação de orações

A QUESTÃO DOS GÊNEROS DE DISCURSO

A questão dos gêneros de discurso (e também das tipologias textuais) vem ocupando espaço cada vez mais significativo nos estudos linguísticos atuais, o que se reflete na quantidade de títulos pu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

blicados sobre o tema e no grande número de comunicações sobre o assunto nos congressos que se realizam nas áreas de língua e linguística.

Há quarenta anos, quando Othon Garcia escreveu *Comunicação em Prosa Moderna*, a realidade era bem outra. Ao empregar-se o termo *gênero*, o que se tinha em mente, em geral, eram os gêneros literários. Foi necessário um longo percurso para que essa realidade se modificasse. Um linguista da atualidade, John Swales, que pode ser reconhecido como um dos responsáveis pelo campo de pesquisa identificado como Análise de Gêneros, estando mais voltado para o ensino de gêneros acadêmicos, em seu livro de 1990, faz uma retrospectiva do uso do termo *gênero* em vários campos do saber (folclore, literatura, retórica, linguística). Comenta inclusive o desconforto que a palavra – empréstimo do francês “genre” – provoca nos falantes de língua inglesa, muitos deles preferindo evitá-la e utilizando alternativas como *tipos de discurso*. Menciona, ainda, que, de acordo com a primeira definição que aparece no Dicionário Webster, o termo pode ser entendido como “uma categoria ou tipo distinto de composição literária.” Mas essa definição a seguir é expandida para incluir categorias distintas de discurso de qualquer tipo, oral ou escrito, com ou sem aspirações literárias.

Essa expansão do conceito de *gênero* muito se deve à difusão, no ocidente, dos escritos de Bakhtin, autor cuja menção se impõe. Sua obra, que se estende desde a primeira metade do século passado até 1975, data de sua morte, passou a ser discutida no ocidente a partir dos anos 60. Interessa-nos especialmente seu ensaio traduzido como “Os gêneros de discurso”, publicado no livro *Estética da criação verbal* (Martins Fontes, 2003). Sua concepção de *gênero* revela preocupação com o momento da produção e recepção do discurso, seu caráter interacional (não nos esqueçamos de que estamos falando do mestre do dialogismo). Pode-se dizer que ele traz o *gênero* para o centro das questões linguísticas, ao afirmar que todos nós assimilamos formas da língua somente em formas de enunciados. Ou seja, aprender a falar é aprender a construir enunciados: impossível utilizar a língua sem ser através de um gênero.

Esse destaque dado aos *gêneros*, também o vemos no trabalho pioneiro de Othon Garcia.

ANÁLISE DO DISCURSO

Na tradição dos estudos de língua portuguesa no Brasil, a questão dos gêneros era colocada no âmbito da Estilística. E aqui quero mencionar apenas um autor muito respeitado, o Professor José Oiticica. Ele se dedica ao tema no seu *Manual de Estilo*, cuja primeira edição data de 1925. Ali ele apresenta modelos de descrição, narração e dissertação. Seu propósito declarado é “apresentar as normas fundamentais, apenas, para quem quer escrever satisfatoriamente, com elegância, simplicidade, clareza e vigor”.

A questão dos gêneros é, assim, um problema de estilo, e são fornecidos modelos, de natureza literária, de descrições (de interior, de paisagens, de tipos); de narrações e de dissertações.

Em notas de pé de página, seguem-se considerações do autor francês que o inspirou, Lanson, e o título da obra: *Conseils sur l'art d'écrire*. Seu propósito é, portanto, explicitamente prescritivo.

Othon Garcia nos traz uma abordagem ao tema *gêneros* mais atual e ao mesmo tempo mais crítica, com relação ao que se praticava. Começa por propor relacionar as chamadas “composições” ao dia-a-dia do aluno: sugere que se façam descrições como a do colégio em que estuda, que sejam narrados episódios ou peripécias de sua vida real, à semelhança do que sugerem Halliday *et alii* (1974) em seu texto clássico sobre o ensino de língua materna.

Garcia reúne os capítulos de sua obra referentes à composição dos gêneros numa unidade chamada *Planejamento*. E aqui é impossível não observar que, antes do desenvolvimento de muitas pesquisas psicolinguísticas, Garcia já apresentava uma visão processual de escrita e reconhecia uma série de etapas no processo de elaboração de um texto, etapas essas apresentadas como um desdobramento do ato de escrever, sempre visando a auxiliar o aprendiz. Podemos inclusive fazer um paralelo entre uma visão processual de escrita apresentada em Kato 1987, e a proposta de Garcia. Transcrevo a seguir um pequeno trecho de Kato, escrito vinte anos depois da obra de Garcia em foco:

Há muito não se acredita mais que escrever seja uma simples questão de inspiração, que pode ser expressa pela fórmula mágica *pensou-escreveu*. Sabe-se hoje que até mesmo os produtos mais criativos envolvem uma fase de pré-escritura e também uma fase de pós-escritura.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O termo pré-escritura faz pensar, contudo, que o processo de escrever é dissociado do processo de pensar e necessariamente posterior a ele. A fase de pré-escritura pode ser entendida, porém, como englobando tudo aquilo que antecede a execução propriamente dita, isto é, o planejamento, que pode envolver anotações, listas, estruturas e esquemas.

Os modelos atuais de escritura admitem uma certa discretização das etapas, mas propõem também uma certa *concomitância de processos e decisões, admitindo uma certa recursividade* (grifo meu) dentro do modelo. (*op. cit.*, p. 86)

Em seguida a autora passa a examinar proposta de Hayes e Flower (1980), baseada na técnica de protocolos verbais, o que “dá a garantia de ser calcada em processos psicologicamente reais.” (Kato *op. cit.* p. 86)

Passo agora a citar Garcia, sobre o processo de “composição”:

Comece o aluno por fazer, mais ou menos a esmo, uma *lista* das ideias que lhe forem ocorrendo. É o estágio preliminar da análise ou divisão. (p. 341)

Em seguida, procure arrumar essas ideias em ordem adequada, de acordo com as afinidades comuns (...) é o estágio da classificação. Atente sempre para a relação de igualdade ou desigualdade entre tópicos e subtópicos. (p. 343)

Na fase de elaboração, alterações poderão ocorrer. Isso é natural: *no desenvolvimento de ideias podem aparecer novas sugestões que justifiquem modificações no plano primitivo* (grifo meu), o qual não deve ser considerado um leito de Procusto, um molde rígido, mas sim como um roteiro maleável (p. 345)

Confrontando-se as citações, podem-se notar as semelhanças na valorização do aspecto processual da escrita e nas etapas nele envolvidas. Veja-se, inclusive, contemplado o caráter recursivo do processo de geração de ideias.

Outra novidade, no que diz respeito aos gêneros, é a preocupação de Garcia com os *gêneros não literários*, chamados *técnicos*. Cito novamente o autor:

Os compêndios e manuais adotados no curso secundário ensinam que há três gêneros principais de composição em prosa: a descrição, a narração e a dissertação. É a classificação tradicional, que leva em conta, precipuamente ou exclusivamente, o feito artístico da composição. Seguindo esses moldes, os professores vimos ensinando como fazer descrições de *pôr-do-sol*, narrações de *minhas férias*, dissertações sobre *meus colegas* ou a *amizade* e temas quejandos. São evidentemente exercícios

ANÁLISE DO DISCURSO

úteis e indispensáveis, que servem, além do mais, como “abertura de caminhos para outros rumos”, propiciando a revelação de vocações literárias. Mas tais revelações são raras, e ainda que não o fossem, os que as têm acabam mais tarde “abrindo caminho” por si mesmos. E os outros, os que não serão literatos, mas profissionais que exigem preparo mais prático?

Esses outros, futuros técnicos em geral, quer de nível universitário – engenheiros, médicos, economistas, pesquisadores – quer de nível médio – mecânicos, eletricitistas, desenhistas – *terão de fazer outras espécies de composição* (grifo meu), das quais nem sequer ouviram falar nas salas de aula, tanto do curso secundário quanto do universitário: *descrição de peças e aparelhos, de funcionamento de mecanismos, de processos, experiências e pesquisas, redação de artigos científicos, relatórios e teses, de manuais de instrução, de sumários e resenhas científicas e outros tipos de redação técnica ou científica* (p. 375)

Pode-se dar continuidade ao texto, citando agora outro autor:

Não nos damos de modo algum ao luxo de desprezar as exigências linguísticas de pessoas que irão tornar-se enfermeiras, engenheiros, técnicos, desenhistas, trabalhadores em transporte, secretárias particulares, taquígrafas ou membros de qualquer outra das mil e uma ocupações que por uma espécie de milagre alimentam-nos, vestem-nos e abrigam-nos. (...) Como nosso ensino de inglês/português ajuda o engenheiro eletrônico a aprender e a executar seu trabalho? Que podemos dizer ao compilador de um manual de programação para computadores sobre o uso do português nessa língua restrita? (...) A aula de português adiantou ao cidadão para ensiná-lo a escrever instruções para costureiras, a compilar formulários oficiais, a descrever sintomas ao médico ou a ensinar a um aprendiz assuntos relativos a circuitos e a conserto de válvulas de raios catódicos? Valeu lhe mesmo para compreender as instruções e preencher os formulários?

Podem dizer-nos que esses são usos práticos, cotidianos da língua, e não precisam ser ensinados. Mas parece-nos que a maioria das pessoas poderia ser mais bem capacitada do que é no uso do português para estas finalidades, e que este treinamento na aula poderia ser não só eficaz e interessante, mas também ter valor educacional positivo. (Halliday et alii 1974 [1964]), p. 278/279.

Nessa sequência de citações parece que temos uma mesma voz. No entanto, estamos colocando lado a lado as palavras de Garcia 1967 e dos linguistas ingleses Halliday, McIntosh & Stevrens, referência na linguística aplicada ao ensino de línguas.

Quero aqui destacar, portanto, a postura vanguardista de Othon, que foge da abordagem tradicional dos *gêneros*, mais voltada para aspectos literários, e valoriza os gêneros como formas de orga-

nização discursiva presentes no cotidiano. Assim, antecipa, também a nova onda dos estudos de gênero, produzida pela divulgação do pensamento de Bakhtin, através da tradução de seu ensaio *Gêneros de discurso*, em português.

Ainda dentro do tópico gênero¹⁵, outro traço de modernidade a destacar: discorre sobre o gênero argumentativo, distinguindo-o do dissertativo.

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a *dissertação da argumentação*, considerando esta apenas momentos daquela. No entanto uma e outra tem características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa, sobretudo, a *convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou o ouvinte*. (p. 361) (grifo meu)

Segue-se, neste capítulo, uma primorosa descrição de possíveis organizações de texto argumentativo, que reconhecidamente tem fornecido subsídios para pesquisadores até hoje. (cf. Gryner 2000)

Em síntese, com relação à noção de *gênero*/ tipo de texto, pode-se constatar a atualidade de Garcia, pelo próprio fato de dedicar um capítulo ao assunto e, além disso, pela qualidade das descrições que apresenta. Procura trazer, como Bakhtin, do ponto de vista teórico, e Halliday, do ponto de vista da linguística aplicada, o estudo dos gêneros para a vida cotidiana. Afinal, como diz aquele autor, nós só nos comunicamos por meio de gêneros (e não por meio de frases). O que hoje pode parecer um truísmo soava sem dúvida como uma novidade na década de sessenta do século passado.

Passemos agora a outro tema tratado de forma inovadora na obra de Garcia:

O PARÁGRAFO

Um dos assuntos a que o autor dedica capítulo mais longo no *Comunicação em Prosa Moderna* é o *parágrafo*. Trata-se de noção bastante fugidia, até porque, apesar de facilmente identificável na escrita por marcas gráficas, não apresenta regularidade de uso. Um

¹⁵ Não estou, nesta apresentação, voltada para a distinção entre gêneros de discurso e tipos de texto, uma vez que a segunda expressão não é usada por Garcia.

ANÁLISE DO DISCURSO

mesmo autor (e aqui se podem incluir escritores de nossa literatura) pode variar imenso no uso desse recurso. Um exemplo concreto: na análise de cartas pessoais de escritores da literatura brasileira, é possível encontrar, na correspondência de Otto Lara Rezende, cartas constituídas de um único parágrafo e cartas em que praticamente cada período ocupava um parágrafo separado. (cf. Paredes Silva, 1995) Assim, trata-se de um tema sobre o qual é difícil chegar a um consenso.

Mas Garcia aceita o desafio. A primeira definição apresentada é:

O *parágrafo* é uma unidade de composição, constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve ou explana determinada *ideia central*, a que geralmente se agregam outras, *secundárias*, mas intimamente relacionadas pelo sentido. (p. 185)

E continua:

Trata-se evidentemente de uma definição que a prática nem sempre confirma, pois assim como há vários processos de desenvolvimento e coordenação de ideias, pode haver também diferentes tipos de construção de parágrafo, tudo dependendo, é claro, da *natureza do assunto*, do *gênero* de composição, do *propósito* e idiossincrasias do autor e da *espécie de leitor* a que se destina o texto escrito. (p.185) (grifos meus)

Detenho-me em alguns termos dessa definição, porque vale a pena salientar a atenção do autor aos elementos contextuais: o parágrafo varia conforme o tema tratado, o gênero em causa. Podemos dizer, mesmo, que sua visão é sociointeracional: o propósito do autor (que, segundo Swales, 1990, seria fundamental para a identificação do gênero) e a audiência a que se destina são básicos para a caracterização do parágrafo.

Tomemos para confronto alguns linguistas que se dedicaram ao tema, cerca de dez anos mais tarde, pelo menos. Cito dois textos considerados clássicos sobre o parágrafo, ambos de 1979: R. Longacre (*The paragraph as a grammatical unit*) e J. Hinds (*Organizational patterns in Discourse*). E ainda Brown & Yule (*Discourse Analysis*, 1983).

É consenso entre os autores reconhecer que, apesar das marcas ortográficas, o que deve orientar nossa noção de parágrafo é a

unidade temática. Decorre daí a associação natural do estudo do parágrafo com a noção de *tópico frasal*, tal como faz Othon Garcia.

Numa perspectiva discursivo-funcional, Longacre reconhece no discurso uma estrutura gramatical e afirma que essa estrutura pode ser decomposta em partes, tendo o parágrafo o status de unidade intermediária entre a sentença e o discurso (o todo) e por isso guardando semelhanças com os dois níveis contíguos. (p. 116)

As línguas podem lançar mão de recursos que delimitam o início ou o fim de um parágrafo, mas, mais do que isso, o que importa é sua unidade temática. No caso de um parágrafo narrativo, essa unidade se constrói em torno de um participante; no caso do discurso expositivo, de uma ideia.

Parágrafos argumentativos podem ser construídos por indução ou comprovação (p. 128). Vemos, assim, que para o autor, o *gênero* impõe ao parágrafo certas características.

Ora, voltemos a Garcia: sua preocupação em levar o leitor/aprendiz à boa redação do parágrafo também distingue os tipos de parágrafo conforme o gênero de discurso, mas nesse ponto do texto salienta a “ordem adequada ao propósito da comunicação”, e diferencia os parágrafos conforme sigam uma ordem cronológica (narrativo), espacial (descritivo) ou lógica (dissertativo). Essa seria, inclusive, uma estratégia para obter coerência no texto.

Também no outro autor citado, Hinds (1979), uma das preocupações é justamente mostrar que a organização interna dos parágrafos é variável consoante os diferentes “tipos de discurso” (o expositivo, o procedural, a conversa, que considera um subtipo de narrativa). Insiste em afirmar que parágrafos apresentam partes identificáveis formal e funcionalmente.

Outro conceito em que Garcia se adianta aos demais autores é o de *Tópico frasal*.

A partir da década de 70, mas principalmente nos anos 80 o conceito de tópico tem sido muito explorado nas análises linguísticas, tanto da conversa como da organização do texto escrito. Brown e Yule em 1983, mestres da análise do discurso, dedicam um capítulo de seu livro à discussão do tema, explorando tanto o sentido mais

ANÁLISE DO DISCURSO

estrito, de tópico frasal, como o sentido mais amplo de tópico do discurso/tema/assunto.

Pois bem, mais uma vez o Prof. Othon Garcia se revela pioneiro, ao destacar a importância de estabelecer com clareza o tópico. Cito suas palavras:

Constituído habitualmente por um ou dois períodos curtos iniciais, o tópico frasal encerra de modo geral e conciso a ideia-núcleo do parágrafo. (p. 188)

Pesquisa que fizemos em muitas centenas de parágrafos de inúmeros autores, permite-nos afirmar com certa segurança que mais de 60% deles apresentam tópico frasal inicial.

Se a maioria dos parágrafos apresenta essa estrutura, é natural que a tomemos como padrão para ensiná-la aos nossos alunos. Assim fazendo, haveremos de verificar que o tópico frasal constitui um meio muito eficaz de expor ou explicar ideias. Enunciando logo de saída a ideia-núcleo, o tópico frasal garante de antemão a objetividade, a coerência e a unidade do parágrafo, definindo-lhe o propósito e evitando digressões impertinentes. (p. 189)

Aqui vemos falar o professor, com sua preocupação em oferecer aos seus aprendizes caminhos facilitadores.

ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Outro tema sobre o qual eu gostaria de dizer algumas palavras, ainda que rapidamente, é o que hoje em dia se tem estudado na linguística de orientação funcionalista sob o rótulo de articulação de orações (*clause combining*, cf. Haiman & Thompson, 1988).

O capítulo de Garcia intitulado “Como indicar as circunstâncias e outras relações entre as ideias” propõe algo inovador para a época: que se trabalhe na contramão da análise sintática tradicional, e ao invés de identificar os processos sintático-semânticos em jogo, classificando orações como subordinadas de tal ou qual tipo, se parta das *ideias* que se quer exprimir para as possibilidades expressivas que a língua coloca a nossa disposição. Desse modo, o autor discute as diferentes áreas semânticas (causa, consequência, condição, oposição etc.) incluindo desde os nomes ou locuções que podem expressá-las até as construções mais complexas. No caso da oposição, por exemplo, reúne as várias construções (coordenadas e subordinadas)

que podem exprimi-la e ainda aponta a superposição de valores opositivos a construções condicionais ou temporais.

PALAVRAS FINAIS

Haveria ainda muitos outros aspectos inovadores a ressaltar na obra de Othon Garcia. Ainda nesta semana, numa mesa-redonda de que participávamos, pesquisadores de diferentes gerações mostraram como foram inspirados por propostas de Garcia na análise de advérbios, de verbos dicendi e dos tipos de discurso, e na análise do que chama de “Feição estilística da frase”. Criativamente, essas últimas são chamadas de frase de arrastão, frase labiríntica ou centopeica, frase de ladainha, frase fragmentária.

Diz o autor:

Os exemplos que apresentamos não abrangem, evidentemente, todos os aspectos estilísticos da frase no português moderno, mas apenas aqueles que ou podem servir de modelo a principiantes ou devem ser evitados pelos menos experientes. Os ocasionais comentários que os acompanham ajudarão o estudante a julgá-los dignos de imitação ou de repúdio quanto a sua eficácia expressiva, objetividade, coerência e clareza, mais do que quanto à sua elegância oca ou seu purismo gramatical estéril.

E nesse ponto posso dar meu testemunho de professora de língua portuguesa voltada para a produção textual, ao longo de vários anos, em curso de formação de tradutores na PUC/RJ, em que se revelou extremamente eficaz o trabalho com tais modelos de frases propostos por Othon Garcia.

Vale, ainda, destacar na citação a crítica do autor aos excessos que em nome da estética desviam o olhar do que realmente importa: a clareza e objetividade na expressão do pensamento.

Muito mais poderia ser ressaltado dessa obra, como eu disse no começo desta apresentação, tão fecunda do Prof. Othon Moacyr Garcia.

Centrei-me em alguns pontos do livro aos quais, ao longo de minha trajetória de professora e pesquisadora, tenho retornado com frequência, para meu próprio esclarecimento ou para indicações a meus orientandos.

ANÁLISE DO DISCURSO

Sinto-me muito feliz em poder prestar essa pequena homenagem a um autor que, que eu saiba, não se intitulava gramático, linguista ou filólogo, mas acima de tudo professor de português, mas sem dúvida deixou um legado digno de todos esses títulos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros de discurso. **In:** —. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- BROWN, G. & Yule, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1980.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.
- GRYNER, H. A sequência argumentativa: estrutura e funções. *Vere-das7*, UFJF, 2000.
- HAIMAN, J. & Thompson, S. (eds.). *Clause Combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- HALLIDAY, M. A. K.; McIntosh, A. & Stevens, P. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HINDS, J. Organizational patterns in Discourse. **In:** GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and Semantics*, vol. XII Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979.
- KATO, M. *No mundo da escrita. Uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1987.
- KOCH, Ingedore. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LONGACRE, R. The paragraph as a grammatical unit. **In:** GIVÓN, T. (ed). *Syntax and Semantics*, vol. XII Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2000.

OITICICA, J. *Manual de estilo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936.

PAREDES SILVA, V. L. Ao correr da pena. Aspectos da organização tópica em cartas pessoais. **In:** HEYE, J. (org.). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 231-246.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell, 1994.

STUBBS, M. *Discourse Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

SWALES, J. *Genre Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.